

Federação Nacional de Professores (FENPROF) 213 819 198

Exmos Senhores

Enviamos a V. Excelências a posição assumida pelo Conselho Pedagógico da Escola Secundária Aurélia de Sousa, no Porto, sobre o Processo de Avaliação de Desempenho Docente.

Exposição

O Conselho Pedagógico da Escola Secundária/3 Aurélia de Sousa, Porto, tem mantido ao longo do processo de Avaliação de Desempenho Docente uma atitude responsável *mas muito crítica sobre todo o processo de implementação do modelo*. Manifestou a sua opinião sobre os documentos que regiam o modelo anterior, sobre a complexidade do sistema e as implicações que se previam vir a ter a nível da vida da escola, duvidando dos resultados que poderia ter a nível da melhoria de práticas pedagógicas e do trabalho interpares.

Iniciado novo ciclo de avaliação, as novas alterações não parecem corrigir os aspectos mais negativos do anterior, parecendo mesmo agravá-los. Foram reformulados e elaborados novos documentos a nível de escola, com todo o trabalho que isso implica e prejuízo de outras tarefas – de maior pertinência e eficácia para a melhoria do ensino e da aprendizagem –, interferindo com o tempo de trabalho individual determinado no horário, nomeadamente dos professores envolvidos na sua elaboração e de todos os outros envolvidos na sua discussão.

Decidlu, pois, este Conselho tomar nova posição global sobre este modelo, referindo os aspectos que continuam a parecer mais graves, e que a seguir se enunciam:

1. O actual modelo de avaliação não garante a imparcialidade , pelo facto de avaliadores e avaliados serem concorrentes numa mesma carreira profissional.
2. O facto de a designação do relator não ser acompanhada de formação específica para o cargo, da responsabilidade do ME, acentua as deficiências do sistema, atendendo a que as orientações a que obedece essa designação poderão ser desrespeitadas nos casos em que não haja professores nessas condições, situação existente em muitas escolas.
3. A fixação de uma percentagem máxima para as menções qualitativas de *Muito Bom* e *Excelente* (que ainda não foi afixada para o presente ciclo,) impede ou poderá impedir o reconhecimento do mérito, apesar de esse reconhecimento ser apresentado como um dos princípios da ADD.
4. Concluído o processo, não estão garantidas possibilidades de defesa contra classificações injustas, atendendo a que a classificação, a reclamação e o

recurso são decididos pelo mesmo círculo de pessoas (artigos 22º, 23º e 24º do DR nº2/2010).

5. A interpretação objectiva do grau de consecução dos avaliados nos diversos domínios é dificultada pela extensa e complexa lista de domínios e indicadores dos descritores para cada uma das dimensões caracterizadoras da actuação profissional, a serem traduzidas em níveis qualitativos.
6. A aplicação do modelo, pela quantidade de trabalho exigida aos avaliadores e avaliados, nomeadamente a observação de aulas, a elaboração e apreciação dos relatórios de autoavaliação e respectivos anexos e evidências, o preenchimento das fichas de avaliação global, as entrevistas entre avaliados e avaliadores, a reunião do júri de avaliação, ..., irá necessariamente afectar a qualidade do serviço educativo, canalizando para este trabalho muitas das energias necessárias ao reforço das aprendizagens dos alunos e promoção da qualidade de ensino, que temos efectuado.
7. A complexidade do modelo, e também a periodicidade que estipula, continuam a não parecer ajustadas a uma avaliação contínua de desempenho docente.

Face ao acima sucintamente exposto, os membros do Conselho Pedagógico reunidos a 16 de Fevereiro de 2011 consideram que o Ministério da Educação deve suspender a aplicação do actual regime de avaliação de desempenho, e iniciar desde já o processo negocial previsto para o final do ano lectivo de alteração do modelo de avaliação.

Foi decidido enviar documento com a posição assumida por unanimidade neste Conselho para a Exma. Senhora Ministra da Educação, para a Comissão de Educação da Assembleia da República, para o Conselho Científico para a Avaliação de Professores e para as Federações de Sindicatos de Professores.

O Conselho Pedagógico

16 de Fevereiro 2011